

PLANO DE BACIA

INSTRUMENTO DE INTEGRAÇÃO

José Bonifácio Mourão é prefeito de Governador Valadares, a maior cidade da bacia do Doce. Doutor em Direito pela UFMG, atuou com destaque na área até assumir a carreira política, inicialmente como vice-prefeito. Deputado estadual por três mandatos, foi eleito relator da IV Constituinte do Estado de Minas Gerais, em 1988.

Assumiu a presidência do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Doce em junho de 2006 enfatizando a importância da integração do CBH-Doce com os comitês de bacias dos rios afluentes. Nesta entrevista, diz que sua meta à frente do CBH-Doce é agilizar o processo de elaboração conjunta, integrada e coordenada, dos planos de recursos hídricos de todos os comitês da bacia.



A integração da bacia do rio Doce é sua grande motivação à frente do comitê?

Esta integração é fundamental para fortalecer toda a região da bacia, dar melhores condições de desenvolvimento aos projetos e ampliar o diálogo de um comitê com outro. Mas a integração não pode ser vista como um fim em si mesma; ela é uma condição para fazer avançar a gestão de recursos hídricos na bacia, com a implementação dos instrumentos previstos na legislação, que também estabelece negociação, articulação e pactuação, como condições para o bom funcionamento do sistema.

O senhor acredita que os seis

CBHs de Minas Gerais e os dois do Espírito Santo estão receptivos a essa integração com o CBH-Doce?

Eles já dão sinais de que são receptivos à integração. O importante é trabalhar buscando o entendimento e procurando observar os anseios e necessidades de todas as partes envolvidas. É preciso esclarecer a natureza da integração que desejamos, e o que desejam os comitês de bacias na área de atuação do CBH-Doce. É preciso reconhecer o direito legítimo dos CBHs de pleitearem uma integração respeitosa, que considere a legitimidade de sua atuação, suas prerrogativas e que dê relevo à sua visão particular da gestão na bacia;

valorizar as diferenças e necessidades de todos, para que, os eventualmente divergentes, possam debater democraticamente suas diferenças e estabelecer consensos. E este é apenas um dos papéis do comitê, cujo objetivo maior é trabalhar para obter a melhoria da qualidade e quantidade das águas, em diversos usos que permitam o desenvolvimento sustentável e a inclusão social.

A articulação entre ANA, IGAM e IEMA para a construção do Plano de Recursos Hídricos da Bacia do Rio Doce a partir da elaboração dos planos das bacias dos rios afluentes, envolvendo os CBHs estaduais, pode ser o fator

“Minha principal meta é reunir as condições para obter os recursos já previstos e liberá-los para agilizar o processo de elaboração conjunta, integrada e coordenada dos planos de recursos hídricos de todos os comitês da Bacia.”



decisivo para consolidar a integração?

Para o CBH-Doce, o interesse do PRHRD não é apenas ser um excelente produto técnico, mas também legitimá-lo de forma conjunta. Por isso mesmo, acredito nessa articulação como fator decisivo para fortalecer a integração. Minha principal meta como presidente do CBH-Doce é reunir as condições para obter os recursos já previstos e liberá-los para agilizar o processo de elaboração conjunta, integrada e coordenada dos planos de recursos hídricos de todos os comitês da bacia. Esse processo já demonstra seu êxito, pois conseguiu a adesão quase que unânime dos CBHs e conta com o forte compromisso da ANA, do IGAM e do IEMA.

Nesse processo, o que o senhor espera dos membros de comitês, tanto aqueles que participam do colegiado do CBH-Doce como dos CBHs estaduais?

É consensual a opinião acerca da necessidade de um plano macro para a bacia do rio Doce. Não tenho dúvidas de que todos têm o mesmo objetivo, que é corrigir os déficits da bacia, o que não ocorrerá sem planejamento e cooperação. Neste cenário, é perceptível a existência de um amadurecimento muito grande dos membros dos comitês. Todos já estão cientes de que ou a implementação do sistema se efetiva ou essa nova experiência de

gestão pública, com participação da sociedade civil e de setores usuários, e com preceitos e objetivos tão nobres, pode vir a fracassar.

Em sua opinião, os políticos mineiros e capixabas estão cumprindo seu papel junto aos comitês?

A CIPE Rio Doce (Comissão Interestadual Parlamentar de Estudos para o Desenvolvimento Sustentável da Bacia Hidrográfica do Rio Doce), formada por deputados estaduais de Minas Gerais e Espírito Santo, tem feito um grande trabalho na questão do saneamento em parceria com o comitê, que pode inclusive, ser reproduzida no nível federal em diversas áreas.

A organização de uma bancada que se afine com as questões sanitárias, ambientais e hídricas da bacia seria algo bastante salutar, uma vez que precisamos verbalizar as demandas que nos são impostas pelos grandes desafios da gestão.

Um exemplo é a questão do Projeto de Modernização e Ampliação do Sistema de Alerta de Cheias da Bacia do Rio Doce, elaborado em parceria pelo CBH-Doce, ANA e CPRM. Precisamos sensibilizar os órgãos afetos ao tema e incluir recursos no orçamento da União; e vamos trabalhar para isto, também, na esfera federal, colocando os interesses coletivos acima de tudo.

Na sua percepção, a sociedade consegue ver e entender o que são e o que fazem os comitês?

Temos procurado difundir o que é o comitê, mas como se trata de uma experiência recente, a população somente conhecerá melhor o Sistema de Gerenciamento de Recursos Hídricos na medida em que ele começar a influenciar seu cotidiano. Importante nesse momento é que os segmentos que compõem o sistema: usuários, sociedade civil e governos, atribuam uma grande importância à sua organização e implementação, um sinal claro de que o sistema tem relevância social, econômica, ambiental e política. Os resultados práticos e o reconhecimento da população virão naturalmente, como estão ocorrendo em bacias onde a gestão está mais avançada, a exemplo do Paraíba do Sul.

Qual o papel de ações de mobilização e marketing como o Fórum das Águas do Rio Doce nesse contexto?

O Fórum das Águas é uma vitoriosa experiência de mobilização social e difusão do Sistema de Gerenciamento de Recursos Hídricos e tem, entre outros, o mérito de colocar em pauta a gestão como instrumento de transformação. Só isso já atesta a imprescindível relevância da realização deste Fórum. A visibilidade proporcionada ao trabalho dos comitês é outro papel preponderante exercido pelo Fórum, e que merece ser devidamente valorizado.